

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

Ao décimo quinto dia do mês de Dezembro de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, em formato *online* através de videoconferência, com acesso pelo [link meet.google.com/pir-fgey-ewg](https://meet.google.com/pir-fgey-ewg), deu-se início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA/PR. Fizeram-se presentes, conforme convocação os (as) seguintes **Conselheiros (as) Governamentais:** **Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF):** Suplente — Kelly Letchakowski; **Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF/DAS):** Titular — Helen Crystine Mercer Caron; **Secretaria de Estado da Comunicação e Cultura (SECC):** Titular — Danilo Peres Buss; **Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI):** Titular – Lenir Aparecida Mainardes da Silva; **Secretaria de Estado da Saúde (SESA):** Suplente — Rosane Souza Freitas; **Secretaria de Estado de Segurança Pública** Titular — Cláudio Marques Rolin e Silva; **Secretária da Educação e do Esporte (SEED):** Suplente — Lucélio Helder Cherubim. **Conselheiros da Sociedade Civil:** **Cáritas Brasileira Regional do Paraná:** Titular — Marcia Terezinha Ponce; **Associação dos Estrangeiros Residentes em Maringá e Região Metropolitana — AERM:** Titular — Marina Monteiro; **Conselho Regional de Psicologia (CRP):** Titular — Gabriela Carvalho Teixeira; **Serviço Pastoral dos Migrantes, Arquidiocese Curitiba** Titular — Adriana Maria Matias; **Cáritas Diocesana de Ponta Grossa** Titular — Suplente — Gislaíne da Rosa; **Ação Social Irmandade Sem Fronteiras:** Titular — Rockmilys Basante Palomo e Suplente — Pablo Jose Marquez Centeno. **Demais participantes da reunião:** Isabella Traub (Cáritas Brasileira Regional Paraná); Talita Sousa (OIM); Elizete Sant'Anna de Oliveira; Ericeli (Diocese de Palmas); Juliana Tubini (ACNUR); Andréia Corat (SEJUF/DEDIF); Victoria De Biasso Klepa (CRP-PR); Aieda Muhieddine (OAB); Ana Letícia (DEJUDH); Giovana (DEJUDH); Roselene Sonda (MPPR). **Justificativas de Ausência:** Não houve justificativas. **1. Abertura:** Inicialmente, Danilo saudou todos e todas e solicitou a Secretária Executiva, Andreia, para verificar o quórum para abertura da reunião. Após a verificação, Danilo deu início à Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR). **2. Apreciação e Aprovação da Pauta:** Gabriela apresentou a pauta para visualização de todos (as). Danilo realizou a leitura da pauta e colocou-a em votação — sem ressalvas, foi aprovada por unanimidade. **3. Aprovação da Ata de Novembro de 2022:** Danilo indagou

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

se todos (as) haviam recebido a ata de novembro e se haviam alterações a serem feitas. Sem manifestação, a ata foi posta em votação — sem ressalvas, foi aprovada por unanimidade. **4. Fluxo de acolhimento às vítimas de tráfico de Pessoas no Paraná –**

Drª Silvia Xavier: Inicialmente, Silvia agradeceu ao convite e destacou que a política de enfrentamento ao tráfico de pessoas e a política de migrantes, refugiados e apátridas caminham muito próximas, sendo duas grandes políticas no Estado do Paraná e com funcionamento diferenciado aos demais estados brasileiros. Silvia informou que estava sendo reformada uma Portaria Nº 31 que norteia o tráfico de pessoas no Brasil e o Paraná participou em alguns grupos de estudos, foi enviada uma carta ao novo Ministro de Justiça e para o novo Coordenador de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, falando das dificuldades que são encontradas no enfrentamento ao tráfico de pessoas e de identificação do contrabando de migrantes. Essa carta já foi encaminhada para a equipe de transição do novo presidente onde fala-se em institucionalização de tudo, tanto do NETP, quanto das questões de migrantes, refugiados e apátridas, pois atualmente há o CERMA e o CEIM, mas não há uma Secretaria específica apesar dos trabalhos grandiosos exercido nestas políticas. Silvia também destacou a importância de se trabalhar em rede e o fluxo estabelecido no Estado do Paraná — realizado pela OIM —, que serviu para basear um fluxo nacional de atendimento. Quanto a isso, Silvia informou que em 2023 a OIM virá ao Paraná realizar uma capacitação quanto ao fluxo de atendimento e questionou se os (as) conselheiros (as) preferem o mês de Janeiro ou Fevereiro — a capacitação será gratuita e terá duração de dois dias. Além disso, Silvia informou que o formulário sofreu diversas mudanças significativas e apenas duas pessoas por instituição podem manipulá-lo — um Coordenador e um Assistente que vai participar somente do cadastro. Danilo agradeceu a fala da Dra. Silvia e ressaltou a importância de um diálogo constante entre as duas políticas por se tratar de temas transversais, dando eficácia aos atendimentos dessas pessoas no Estado do Paraná. Gabriela lembrou a reunião que aconteceu em Brasília pelo Fórum Nacional com a representação do Danilo e da Márcia, por isso, foi trazida essa pauta para entender qual era o andamento deste fluxo porque lá foi divulgada essa boa prática do Paraná. Quanto às datas, Gabriela sugeriu que a capacitação fosse realizada em fevereiro porque é quando o CERMA retorna suas reuniões. Com relação ao fluxo Estado do Paraná, Silvia indicou que ele estava sendo

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

diagramado e por isso ainda não foi lançado, além de ser diferente dos outros estados, pois no Paraná há ONGs que fazem um trabalho completamente diferente, dando o exemplo de trabalhadores resgatados em carvoarias em Minas Gerais que desembarcaram em Londrina e a Cáritas foi quem acolheu os trabalhadores, forneceram alimentação e hospedagem até que tivessem as passagens para voltarem para suas regiões, sendo essas, parceiras de sensibilidade de trabalho, o que torna o fluxo paranaense diferenciado dos demais. Márcia destacou a importância de trazer essa capacitação aos conselheiros e conselheiras do tráfico de pessoas na perspectiva da migração, além disso, informou que a Cáritas possui em sua estrutura institucional um comitê para enfrentamento ao tráfico de pessoas, justamente por trabalhos muito específicos que a Cáritas tem com o tema, inclusive trabalhos muito fortes nos Estados Unidos, Tailândia e Indonésia. Márcia solicitou que a Rede Um Grito Pela Vida pudesse participar como ouvinte ou observadora da capacitação por toda a experiência desenvolvida pela instituição e destacou que, a presença da Dra. Sílvia ou de representantes do NETP nas reuniões do CERMA seriam interessantes visto a correlação entre as políticas — além de que o NETP integra o CERMA segundo o Regimento Interno. Sílvia indicou que o NETP integra como ouvinte e que poderiam participar somente das reuniões ordinárias por conta da grande demanda de trabalho realizado pelo núcleo. Danilo reforçou que a melhor data para o curso seria no mês de fevereiro. Gabriela informou que na capacitação foram divulgadas várias cartilhas, construídas pela OIM em parceria com diversas instituições, sobre escuta qualificada e construção de fluxo de atendimento — Gabriela indicou que encaminharia por *e-mail* para a Secretaria Executiva para compartilhamento com todos (as). **5. Atendimento aos Afegãos no âmbito do Estado do Paraná – CEIM – Kelly Letchakowski:** Primeiramente, Kelly agradeceu a todos porque em 2022 foi um ano com muitas demandas para o Conselho e para todos (as) da área migratória, abrindo espaços para os migrantes e colocando em prática as políticas públicas que são construídas de longa data. Em seguida, Kelly indicou que estava chegando um grupo de afegãos ao Brasil e o Secretário Rogério Carboni foi convidado para participar das reuniões do Ministério Público Federal sobre esse assunto, sendo ela, a representante da SEJUF para participar dessas reuniões — foram 03 reuniões no total. Kelly relatou que estava sendo desenvolvido um trabalho com a Talita

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

(Coordenadora da OIM-Paraná) e o Eduardo para busca de vagas para pessoas que levam tempo para aprender a Língua Portuguesa por ser um idioma totalmente diferente, buscando a inserção de muçulmanos e afegãos no mercado de trabalho. Diante disso, foram feitos contatos e encaminhadas algumas pessoas das visitas realizadas e quando foi vislumbrada a situação dos afegãos no Aeroporto de Guarulhos, houve as tentativas de inserção imediata deles no mercado de trabalho através de uma parceria com a Certificadora Halal — que trabalha com 7 estados brasileiros, mas com a maioria dos frigoríficos dentro do Estado do Paraná. Dessa forma, as reuniões do MPF foram em prol de viabilizar abrigos, retirar os afegãos do aeroporto e a integração local dos migrantes, houve a participação de vários estados nas reuniões e o Paraná buscou as vagas de emprego com acomodação para essas pessoas. A partir da parceria com a Certificadora Halal, foram conseguidas 30 vagas em municípios diferentes, tendo a empresa se responsabilizado pelo transporte, acomodação, alimentação e locais de moradia e trabalho. Kelly informou que a maioria das pessoas que foram abordadas não queriam sair do Aeroporto e aguardar uma oportunidade até conseguir se deslocar até o Amapá. Foram feitas 08 entrevistas, mas somente 06 aceitaram ir trabalhar e morar nos municípios oferecidos pela CDIAL Halal, porém, durante o processo mais 5 pessoas desistiram e somente uma pessoa aceitou a vaga, esta que recebeu a passagem para ir até a cidade e 100 reais para alimentação do dia até chegar à CDIAL. Portanto, as demais 29 vagas continuam em aberto e disponíveis, mas por enquanto ainda não foram procuradas. Gabriela questionou como estava sendo pensado o acolhimento no Paraná e se necessariamente deveria ser atrelada a essa forma de empregabilidade, pois geram preocupações as condições desses trabalhos — discussão que já acontece há um bom tempo, anteriormente com migrantes haitianos nestes espaços de frigoríficos. Por isso, Gabriela destacou sua preocupação quanto ao atrelamento do acolhimento a esses espaços e como se daria a fiscalização. Kelly informou que ela, a Talita e a Ana Felícia estiveram na JBS em Francisco Beltrão e visitaram a Certificadora Halal e verificaram que eles são extremamente rigorosos e todos (as) são contratados com Carteira Assinada, respeitando muito as questões religiosas, os banhos, orações e cortes específicos dispostos no Alcorão, trabalham em ambientes extremamente limpos e o trabalho é alternado, o (a) funcionário (a) trabalha uma hora e uma hora de descanso, sendo então,

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

08 de trabalho diárias entre trabalho prático e descanso. Além disso, toda a alimentação dos funcionários é feita por pessoas da mesma religião e há os horários da reza, tendo uma mesquita e tapetes em cada empresa. O salário oferecido é de R\$ 1.648,00, Vale-Transporte, 5 refeições na empresa, Auxílio-Alimentação de R\$ 275,00 e jornada de 40h/semanais — 20h de descanso. Portanto, no sentido de condições de trabalho e trabalho escravo, Kelly pontuou que não era necessária preocupação alguma porque as empresas passam por uma rigorosa fiscalização por conta do Controle de Qualidade das Certificações Halal por várias entidades — nacionais e internacionais. Juliana informou que a maior parte dessas pessoas chegam pelo Aeroporto de Guarulhos e o ACNUR estava bastante atuante nessa situação com uma equipe atuando diariamente, traçando estratégias para que essas pessoas não fiquem um longo período no aeroporto. Recentemente, foi estabelecido um fluxo de atendimento para essa população e mobilizados centros de acolhida tanto no município de São Paulo, quanto o de Guarulhos, e agora, a notícia era de que ainda haviam no máximo 25 pessoas, sendo um desafio diário — por conta da chegada de novos voos todos os dias — para solucionar esse fluxo de atendimento. Até o momento foram conseguidas mais de 400 acolhidas em centros de acolhimento distintos — do Poder Público e da Sociedade Civil. Para além do abrigo, Juliana informou que o ACNUR também tem atuado firmemente nas questões da empregabilidade, tentando traçar um perfil laboral dessas pessoas nos abrigos para fazer a sensibilização com empresas parceiras do ACNUR, pois muitas destas pessoas possuem formações, diversos anos de estudo, pós-graduações e enfim, sendo a inserção deles em empregos comuns um desafio por ser uma quebra de expectativa enorme. Por fim, Juliana também relatou que é visível a intenção de algumas dessas pessoas de seguir caminho para outros locais, normalmente até os Estados Unidos, uma rota muito perigosa e que coloca essas pessoas em risco, porém, escolhida por eles porque no Brasil há uma ausência de rede, dificuldades com a língua portuguesa e outras dificuldades, por isso, a iniciativa de mobilizar os diversos atores para desde o início seja oferecido um atendimento qualificado e local para acolhimento temporário. Márcia destacou que é claro que não há — teoricamente — uma exploração de trabalho escravo por essas empresas, pois elas estão enquadradas dentro da legislação trabalhista e a questão da discussão não era essa, mas deve ser levada em consideração a

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

dignidade do trabalhador, independente de qual frente de trabalho for e é isso que é discutido. Portanto, deve-se discutir as dificuldades do trabalho dentro dos frigoríficos para todos (as) trabalhadores (as), pois é um trabalho repetitivo e que após 6/7 meses as pessoas necessitam de medicamentos por sentir muitas dores, um trabalho que não deve ser romantizado e que deve ser garantida a dignidade desses trabalhadores. Além disso, deve ser levada em consideração as dificuldades culturais enfrentadas por essas populações, idiomas completamente diferentes, qualificações profissionais muito altas e que devem ser observados e trabalhados seus aspectos de integração. Por fim, Márcia destacou que a Sociedade Civil não está aqui para defender empresas que lucram muito com esses serviços, mas sim, os trabalhadores e trabalhadoras migrantes que chegam no Brasil, orientar seus direitos e deveres. Gabriela pontuou que quando trouxe o debate de condições de trabalho, não estava pensando somente no acordo com essa empresa específica, mas na visão de empregabilidade no campo da migração e qual estereótipo reforçado — reforçando locais subalternizados para esses migrantes. Além disso, Gabriela solicitou que a Kelly relatasse mais sobre as reuniões e questionou como estava sendo a feita a divisão entre CEIM e a Política Migratória, pois lhe pareceu que essas ações deveriam ser tomadas pela política. Kelly respondeu que a política está dentro do CEIM para haver a aproximação e eficiência nas atividades, até por isso, que a Ana Felícia também foi a Francisco Beltrão para visitar o frigorífico. Kelly destacou que há mais de 700 vagas de trabalho no SINE — para brasileiros e migrantes —, mas 99% das vagas solicitam a compreensão básica da Língua Portuguesa para orientações básicas de execução dos trabalhos, por isso, o CEIM junto com a política começou visitar algumas empresas para falar sobre a inserção dos migrantes no Mercado de Trabalho, sugerindo a possibilidade das Certificadoras Halal que não há o empecilho das dificuldades com o idioma — dificuldades que não são encontradas por migrantes da América latina devido à proximidade linguística do Português ao Espanhol, Francês e outras línguas da mesma família linguística. Diante dessas dificuldades linguísticas, foram buscadas oportunidades de inclusão imediata e a primeira reunião feita com o MPF, o Estado de São Paulo deixou claro que os migrantes não queriam sair do estado e queriam ficar ali, tendo pessoas que vieram para o Paraná e voltaram para São Paulo para poder migrar para outro espaço. Portanto, Kelly destacou que devido às dificuldades linguísticas e a oferta de vagas pela

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

Certificadora Halal, foi uma oportunidade que foi disponibilizada para os migrantes, além de que, não veio ninguém para o Paraná e somente 01 para o Paraná. Visto isso, Kelly ressaltou que essa alternativa foi uma opção de emergência e que todo trabalho é digno, pois ela mesmo desempenhou serviços no exterior semelhantes e muitas vezes pode ser um primeiro passo até o migrante se estabelecer, validar seus diplomas e integrar-se totalmente ao país. Por fim, Kelly destacou que as duas primeiras reuniões os relatos em sua maioria era de que os migrantes não queriam sair do Estado de São Paulo e na terceira reunião, com a representação de todos os estados, os representantes indicaram que não poderiam fazer nada a respeito da situação e que talvez em 2023 teriam recursos para tratar dessa temática — a maioria das pessoas compareceu mais para ouvir, do que levar algum auxílio ou acolhimento. Em seguida, Talita reiterou que foi com a Kelly e a Ana na Certificadora Halal em Francisco Beltrão para conhecer e foi perceptível que há uma situação diferenciada pelas particularidades dessa população, pois há um acolhimento da comunidade como um todo desse migrante e não fica somente a mercê da empresa. Além disso, Talita indicou que não deveria somente haver diálogo com empresas, mas também dialogar com a comunidade local para oferecer vagas para esses e os demais migrantes que chegarem ao Brasil, pois muitas vezes são pessoas extremamente qualificadas. Danilo destacou sua preocupação quanto às alternativas disponibilizadas pela SEJUF por meio do CEIM, especialmente aos afegãos, questionando assim, quais são os dados coletados sobre a execução — para onde estão indo; o que está sendo feito; como está sendo feito — porque posteriormente o Estado pode ser provocado para prestar esclarecimentos quanto a isso, sendo necessário refletir também sobre o modo que a política pública deve ser executada a médio e longo prazo. Kelly indicou que a responsável por trazer as atividades do CEIM é a Ana Felícia, representante titular e Coordenadora da Política, além disso, o CEIM faz os encaminhamentos e a responsabilidade do centro no Estado em questões de políticas públicas é o atendimento, orientação e encaminhamento dos migrantes. De fato, na questão dos afegãos, o Paraná ficou à disposição para caso eles desejarem migrar ao Paraná, sendo auxiliados em questões documentais, encaminhados para a Polícia Federal, aulas de Português, CRAS, FAS ou CentroPop, enfim, todo o auxílio necessário para acomodá-los nos municípios paranaenses. Portanto, a questão de fiscalizar e

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

monitorar a migração deveria ficar de fato com o CERMA, pois o CEIM nos últimos 04 anos atendeu mais de 22 mil pessoas e destas, metade foi para a área de Trabalho, sendo impossível fiscalizar essa quantidade de pessoas pelo CEIM. Danilo sugeriu que as comissões do CERMA possam acompanhar essas ações e observou que, a questão de fiscalização do CERMA está atrelada a fiscalização da política pública e não propriamente a execução da política pública, das ações propriamente ditas e análise da execução da política, compreender as ações, envolver as comissões e que isso faça parte das discussões do conselho, para que assim, possa contribuir na execução e otimizá-la. Gabriela sugeriu então que o encaminhamento fosse o firmamento desse diálogo mais próximo e retorno das atividades realizadas. **6. Projeto de Lei 497/2022:** Danilo informou que o PL foi encaminhado por *e-mail* e se trata da reestruturação administrativa do Estado do Paraná que fará adequações nas Secretarias de Estado, inclusive a SEJUF, que vai subdividir-se outras quatro pastas diferentes e por outro lado, foi identificado na reunião da Mesa Diretiva que não está identificado de forma expressa onde ficará alocada a Política de Migrantes, Refugiados e Apátridas, tal qual constou na Lei 19848 — que vai ser alterada a partir desse projeto de lei —, embora haja dois incisos no Art. 44 do PL 497/2022 que contemplam essa política. Outra questão levantada por Danilo foi com relação à regulamentação da nova Secretaria e se seria possível fazer o enquadramento disso via Decreto ou insistir na discussão via Projeto de Lei, mas por meio de outra lei porque o PL 497/2022 já foi finalizado na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Portanto, deveria ser garantido que essa política seja prevista por meio de Regulamento de Secretaria, sendo disposta a SEJU e continuar o monitoramento. Andreia informou que o COPED também demonstrou preocupação quanto a essa questão porque a Política LGBTI+ também não foi contemplada, solicitando assim, que fossem feitas alterações da PL contemplando as políticas que não haviam sido contempladas. Danilo indicou que o PL já estava finalizado e eventuais alterações seriam somente por meio de outra lei e que, na sua visão, esse PL visa simplificar e deixar de forma mais abrangente as responsabilidades, obrigações e competências dos órgãos e tratar disso depois em Regulamentos. Diante disso, Danilo indicou que a Política de Migrantes, Refugiados e Apátridas estava enquadrada nos seguintes incisos do Art. 44: “V - A defesa dos direitos da cidadania; VII - a preservação dos direitos humanos e sociais e garantia das liberdades

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

individuais e coletivas.”. Por isso, não vê que seja um problema constar de forma expressa para a SEJU neste projeto de lei porque já está previsto na Lei do CERMA. Gabriela destacou que em vários momentos é usado o termo ‘minorias’ para abranger um grande grupo de pessoas, mas há um momento em que é especificado quais são os grupos das minorias — onde não está especificado migrantes e refugiados —, por isso, sugeriu que o tema também fosse tratado no âmbito das comissões. Portanto, Gabriela destacou sua preocupação e estranheza por conta dessa grande amplitude sem especificação porque antes havia uma Lei que especificava essa população. Além disso, Gabriela solicitou que a própria Secretaria encaminhasse notícias quanto a isso, pois a mesma foi omissa e não forneceu orientações ou informações sobre essas mudanças aos conselheiros e conselheiras. Danilo informou que o Rogério Thomé (Chefe do DEJUDH) deu o indicativo de que o problema não seria somente no CERMA, mas em outros conselhos também não se sentiram contemplados nesse projeto de lei e isso estava sendo tratado na Casa Civil, além disso, destacou que não tem dúvida de quem o CERMA continuará na SEJU por conta da própria lei de criação do conselho. Devido a preocupação, Danilo sugeriu que fosse formalizado via ofício ao atual Secretário da SEJUF no sentido de registrar essa preocupação de garantia da execução da política e a qual secretaria o conselho será vinculado, pois não ficou claro e explicitado na lei. Gabriela sugeriu que o ofício fosse construído pela Comissão de Monitoramento e a Mesa Diretiva se posicionando sobre essas mudanças e que fosse solicitada uma reunião com os demais conselhos de direitos humanos para fortalecer esse diálogo. Por fim, Danilo colocou em votação a deliberação do ofício — sem ressalvas, foi aprovado por unanimidade. **7. Organizações 2023:** Gabriela pontuou que solicitou este ponto para iniciar a discussão e talvez firmá-lo na primeira reunião de 2023, visando qualificar os debates no conselho e esclarecer quais são as atribuições enquanto conselheiros (as), o que é um conselho, quais articulações possíveis e demais funções, pois com a mudança de gestão esse conhecimento se perdeu um pouco. Por isso, foi pensada a proposta de uma capacitação para a nova gestão para gerar debates mais qualificados. Danilo sugeriu a possibilidade de trazer a OIM e/ou ACNUR para uma das reuniões descentralizadas do ano que vem para também entrar nessa temática de capacitação e aperfeiçoamento. **8. Relato das Comissões:** Danilo informou que a Andreia abriu todos os *links*, mas não

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

teve participação nas comissões e que isso deve ser também otimizado para o ano de 2023 porque muitos trabalhos e discussões decorrem das reuniões das comissões. Em seguida, Danilo fez a leitura do relato da Comissão de Gestão da Informação enviado pela Prof. Isabel: *“A Comissão se reuniu esse semestre de acordo com as demandas necessárias para o ano de 2023 e encaminha a necessidade de iniciar a análise dos dados oriundos da pesquisa do tipo Ensaio, feita junto às Universidades que participam do CERMA. Após o envio do formulário para 5 Universidades que participaram do Conselho tivemos retorno dos dados da UFPR, PUC-PR e UNILA, estando ausentes UNICURITIBA e UNINTER que não enviaram seus dados. O objetivo desse ensaio da pesquisa é levantar o atendimento de ações de acolhimento realizadas pelas universidades voltadas aos migrantes, refugiados e apátridas, portanto, 2023 inicia-se com o desafio da análise dos dados coletados por esse GT.”*. Isabella informou que assim como nas últimas 5 reuniões: não recebeu o e-mail das reuniões das comissões; e a Secretaria Executiva não exerce corretamente seu papel, inviabilizando as atividades do conselho como um todo. Gabriela destacou que isso é recorrente e atrapalha muito o trabalho das comissões. Além disso, Isabella relatou que foi enviado para uma lista com mais de 100 pessoas sobre a agenda do Fórum Nacional, entretanto, o e-mail retificando que não era para todos (as) participantes foi para uma lista com menos de 100 pessoas, algo confuso e que devem ser refeitas corretamente as listas. Em relação a Comissão de Denúncias e Garantia de Direitos, Rockmillys informou que havia somente duas pessoas na reunião e durante a reunião ela fez a proposta de que em 2023 fosse feito através da secretaria Mesas de Trabalho com diferentes instituições públicas — CRAS, FAS e outros — para orientações sobre o funcionamento e o que é o CERMA, o que é a migração, atendimentos humanizados e empáticos, assim como, o Sistema de Saúde e demais áreas necessárias porque há muitos relatos de casos que os atendimentos são incorretos e muito demorados. Rosane informou via chat: *“Na comissão de monitoramento de políticas públicas, Andrea abriu a sala mas apenas eu entrei. Após 15 minutos do horário encerramos a sala.”*. **9. Informes:** Gabriela indicou que o primeiro informe era sobre o Fórum Nacional que foi debatido ao longo da plenária e o segundo seria sobre um contato feito com o Comitê que debate saúde e migração no Rio de Janeiro, sendo interessante por ser o único voltado para área da saúde e produzem diversos materiais, onde ela,

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

participou de uma das reuniões na semana passada e firmou um compromisso de estreitar laços e diálogos entre o CERMA e o comitê. Danilo informou que a Coordenação do Fórum Nacional elaborou uma proposta de gestão e proposições a serem apresentadas para o Grupo de Transição — do novo Governo Federal que vai assumir dia 1º de Janeiro — sobre as políticas de migrantes, refugiados e apátridas, havendo inclusive, a proposição de uma secretaria específica para tratar da temática em âmbito federal. A carta foi entregue ao Deputado Túlio Gadelha que a levou em pauta na Câmara, também foi entregue para a ex-senadora Simone Tebet e também para a Deputada Maria do Rosário. Márcia destacou que para além da questão da secretaria, foram pontuados os eixos que discutidos na COMIGRAR, tendo como pauta principal para a nova gestão de governo chamar uma segunda conferência, pois só houve a primeira em 2014 que foi uma porta de entrada para discutir a nova lei de migração e diversas outras questões. Rockmilys informou que a instituição que faz parte foram elegidos coordenadores de uma rede de informação sobre países que recebem migrantes com acolhimento e vão representar a migração no Brasil nessa rede Latino-Americana e do Caribe de organizações fundadas por migrantes. **10. Encerramento:** Em conclusão, Danilo agradeceu a presença de todos e todas e deu por encerrada a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR). A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa e revisada pela secretária executiva Andréia Corat.